Escravidão e Policultura

ERIVALDO FAGUNDES NEVES
Universidade Estadual de Feira de Santana

RESUMO: Este artigo trata da forma como o escravismo se desenvolveu no sertão da Bahia, sua relação com a policultura e com outras formas de produção.

ABSTRACT: This article analyses the slavery in the Sertão of Bahia and its relations with polycultivation.

Nas últimas décadas, as relações escravistas de produção têm sido objeto de expressiva produção na historiografia brasileira. Contudo, são poucos os estudos sobre a sua dinâmica em estruturas produtivas, que não correspondem aos paradigmas teóricos do sistema colonial mercantilista: o trabalho escravo é geralmente associado ao latifúndio e à monocultura - é pouco conhecida a sua extensão às regiões distantes dos centros dinâmicos da economia colonial.

No Alto Sertão da Bahia, muito longe das regiões monocultoras litorâneas, desenvolveram-se, a partir do século XVIII, policulturas de subsistência que fizeram surgir pequeno comércio regional, formando uma economia auto-suficiente, fator primordial do seu povoamento e resultado das circunstâncias geográficas. Se essa região não oferecesse meios para produzir excedentes comercializáveis, teria sido impossível atrair e absorver contingentes populacionais.

O escravismo foi desenvolvido no alto Sertão, simultânea e articuladamente com ameaça. Confundiam-se choupanas de agregados e casebres de escravos, frequentemente usando cascas de árvores como material de cobertura (1). Contudo, as referências a meeiros, agregados ou não, são raras e vagas na

documentação utilizada por esta pesquisa e até na ainda débil historiografia sobre o sertão, são escassas e geralmente superficiais as informações encontradas.

Para se obter informações sobre quem produzia e como o fazia no Alto Sertão, durante os séculos XVIII e XIX, é necessário reunir vagas referências ou citações, como as do texto que apresenta as diretrizes do Conde da Ponte aos seus procuradores em 1819, quando deliberou pela venda, "*o mais breve possível*", dos sítios alodiais (2) do seu patrimônio. Ali o Conde determinou que não permitissem aos arrendatários admitir "*agregados com arrendamento*", nem fosse facultado "*partilhar a terra entre herdeiros do cultivados*", sem licença do senhorio. Do mesmo modo proibia "*ao rendeiro vender suas benfeitorias a outro cultivador*" (3). São registros fragmentados da existência de agregados, através dos quais pode-se supor que a meação era uma relação de produção entre os arrendatários do morgado dos Guedes de Brito, praticada na agricultura regional, desde os tempos coloniais.

Durante a colonização pouco era empregado o trabalho assalariado no Brasil, fora do serviço público. Schwartz (4) constatou nos registros contábeis dos engenhos do Recôncavo, a contratação dessa categoria de trabalhadores, como periódicos ou eventuais, diaristas e permanentes. No Alto Sertão, as atividades econômicas não comportavam empreendimentos de grande envergadura como na agro-manufatura açucareira e, por conseguinte, o emprego de trabalhadores assalariados permanentes. Até os feitores eram pouco empregados, porque predominavam os pequenos plantéis de escravos, administrados pelos próprios senhores. Os serviços emergencialmente utilizados - párocos, advogados, médicos, parteiras, curandeiros - eram avulsamente remunerados. Entretanto, contratavam-se os trabalhos diaristas de carpinteiros, ferreiros e, mais

frequentemente, de trabalhadores volantes, sem qualificação profissional, para as atividades agrícolas.

Na pecuária, o vaqueiro, quando não fosse escravo, seria contratado mediante condições específicas e remunerado pelo sistema da **sorte** que consistia em receber, conforme o contrato, um de cada quatro, cinco, ou seis bezerros ferrados anualmente, do gado que estivesse sob os seus cuidados. Variavam muito as condições contratuais e a proporção de bezerros que caberia ao vaqueiro pela remuneração do seu trabalho. Havia casos em que somente *"depois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago"*. (5)

A função de vaqueiro exigia aptidões e conhecimentos específicos sobre como se relacionar com os rebanhos e cada rês em particular. O sistema de **sorte** se estendia aos criatórios de equinos e muars das mesmas fazendas de gado e, às vezes, à **ccriação miúda**: os ovinos, caprinos e suínos - típica de pequenos criadores. Além da prática de remuneração pela **sorte**, os vaqueiros residiam nas fazendas, com direito ao leite produzido e a um espaço para os cultivos da sua subsistência.

A profissão de vaqueiro no sertão podia ser prestigiosa: reconhecido como **bom** pelos seus pares, era reverenciado como ídolo no seu meio. Suas façanhas sempre contadas como bravatas, difundiam para além da região de sua atuação. Mesmo quando escravo, o vaqueiro merecia consideração diferenciada, principalmente dos seus parceiros de cativeiro.

A produção familiar também foi uma das mais frequentes formas de trabalho do Alto Sertão da Bahia, desde o início da sua ocupação territorial. Essa frequência aumentou ao longo dos séculos XIX e XX, na proporção em que as unidades produtoras foram sendo fracionadas através das sucessões de herança, definindo para a região um perfil minifundiário. Nas pequenas e médias unidades produtoras, os proprietários e suas famílias

desenvolviam as suas diversificadas culturas agrícolas, alguns empregando também a mão-de-obra escrava e de diaristas e outros complementavam a subsistência, vendendo a própria força de trabalho.

Essas circunstâncias coincidem com as constatações de um estudo desenvolvido sobre as unidades produtoras familiares na agricultura dos municípios de Cândido Godói - RS e Conceição do Coité - BA, segundo a qual, *"apesar das variações de forma que assume a venda do trabalho", o "seu significado parece ser o mesmo", de "viabilizar a reprodução dos pressupostos da produção no nível da unidade familiar" e de permitir "que o grupo subsista e se reproduza", num processo em que "a produção na unidade e a venda do trabalho se complementam", enquanto "modos de reproduzir a família"*(6).

A escassez de informações sobre o trabalho familiar, a meação e o assalariado diarista não ocorre com o escravismo. Especialmente no que diz respeito ao século XIX, os acervos documentais são pródigos sobre essa relação de produção. Suas principais fontes são os Livros de Notas do Tabeliães, nos quais estão registradas escrituras de compra e venda de escravos e cartas de liberdade e os processos de testamentos e inventários *"post mortem"*, onde são encontradas algumas referências sobre cada escravo, tais como o nome, a etnia, a idade, a avaliação (expressa em mil-réis), tanto para o período colonial, quanto para o posterior, além de informações sobre eventuais defeitos físicos, doenças e profissões ou aptidões.

No Alto Sertão da Bahia, os plantéis de escravos eram geralmente pequenos, comparados aos do Recôncavo, onde a monocultura canavieira mobilizava grandes contingentes de mão-de-obra. Não se encontra com muita frequência registros de senhores sertanejos detentores de numerosa escravaria numa só fazenda. Os grandes proprietários geralmente tinham seus escravos distribuídos em pequenos grupos, por várias fazendas,

empregados na policultura agrícola, pecuária extensiva e serviços domésticos.

Entretanto, os naturalistas bávaros Spix e Martius, na viagem *"através do Brasil"*, passando pelo Alto Sertão da Bahia em 1818, registraram a existência de *"mais de 160 escravos"* na *"fazenda da Lagoa de N. S. d'Ajuda"*, trajeto entre Caetité e Rio de Contas, onde procuraram milho, que seria o antídoto aos efeitos da *"erva-Icó"*, consumida pelos seus animais de carga e montaria. Os escravos teriam resistido à proposta de compra, porque *"eles mesmos tinham falta de milho"*. Com *"grande custo"* conseguiram comprar o produto *"aos negros"*, que ocupavam *"os seus dias livres na própria cultura"* (7). Plantel assim tão numeroso era raríssimo no Alto Sertão - e esta pesquisa não encontrou qualquer registro aproximado de tal número numa só fazenda. O Capitão-Mor Bento Garcia Leal, maior proprietário na pesquisa, possuía 202 escravos em 1823, mas distribuídos em pequenos plantéis por muitas fazendas. (8)

Num estudo sobre a escravidão em Cuiabá - MT, situada numa região com atividades agropecuaristas muito semelhantes às do Alto Sertão da Bahia, constatou-se que *"na maioria"* das fazendas

"não existia a figura do feitor intermediando as relações entre escravos e senhores; às vezes não existia nem mesmo um encarregado que cuidasse do serviço. Em alguns casos, o encarregado era alguém da família; outras vezes, um camarada responsabilizava-se pela execução de um comando temporário". (9)

A inexistência de feitores nos pequenos plantéis, entretanto, não eliminava o caráter degradante, inerente às relações escravistas de trabalho. Mas, aliada ao fato de os *"pequenos proprietários e suas famílias trabalharem juntos com seus cativos"*, isso possibilitava maior proximidade entre escravos e senhores. Esse contato facilitava o controle individualizado do

escravo e mais amplamente da instituição do escravismo. Por sua vez, o escravo utilizava a relação sutilmente, para amenizar a degradação do cativo.

Um dos recursos explorados por escravos "para beneficiar a si e aos seus" eram os "laços do compadrio". Através do batismo do filho por alguém do mundo dos brancos, estabelecia-se um vínculo de afinidade e se "definia uma relação de reciprocidade na prestação de serviços" ou de favores, tanto entre padrinhos e afilhados, quanto entre compadres, embora houvessem senhores que os mantivessem escravizados. Um inglês, que adminstrou um engenho em Pernambuco no século XIX, declarou nunca ter ouvido falar que senhor no Brasil fosse padrinho de seu escravo, nem acreditar "que isso jamais tenha acontecido" (10). Enganara-se o cronista britânico. Havia senhores padrinhos de seus escravos, embora nem sempre os libertassem.

Sem declinando se agiu em consequência do apadrinhamento ou por cumplicidade na "mulatice" da escrava, o capitão Francisco de Souza Meira libertou, na fazenda Bom Jesus (atual Brumado), em 1812, a jovem mulata Tereza, porque recebeu "uma mulequa da mão de seu padrinho João Batista Vieira", que a "deu pela dita mulatinha" (11). Na Vila de Caetité, em 1840, Ana Tereza de Jesus resgatou do cativo, Ana, parda, que criara "desde pequena", "pelos bons serviços e por ser minha afilhada" (12). Na mesma vila, em 1841, Esmeria Perpétua "passou carta de liberdade para a crioula Constança, declarando: 'por minha morte deixo forra... por ser minha afilhada e pelo amor de criação'" (13). E a madrinha manteve Constança escravizada, condicionando sua alforria.

Por outro lado, não foram raros os senhores que tiveram filhos com escravas e, mais frequentemente, os jovens filhos deles. Nessas circunstâncias, mulatos foram escravizados e até vendidos por seus pais e avós. Em 1835, por exemplo, Bernardo de Almeida libertou, em Caetité, o escravo Felício, de 24 anos de

idade, herdado do seu pai Nicolau Soares de Almeida, sob argumento de *"ser o dito escravo meu irmão"*. Sendo solteiro e não tendo filho, Bernardo o nomeou seu herdeiro, deixando-o, porém, com o dever de pagar suas dívidas (14).

Outra conduta teve Joaquim Aalves Coelho, no sítio da Canabrava: alforriou ainda criança, em 1822, a parda Maria, sua filha com a ex-escrava Tereza, alforriada por ele e casada com José Ramos. Esclareceu, contudo, que teve a filha no tempo da escrava solteira e ele viúvo (15). Comportamento idêntico adotou Sérgio Florentino da Silva, no distrito de N. S. da Boa Viagem e Almas, atual município de Jacaraci que, em 1839, resgatou do cativeiro a *"escravinha"* Clemência declarando: *"desconfio ter eu minha parte nela por ter tido copula carnal com a mãe da dita"* (16).

O mesmo procedimento teve Antônio Pinheiro de Azevedo, da fazenda Canabrava (do Caires ou do Faria). Quando ditou testamento em 1814, relacionou os cinco filhos legítimos e declarou que *"sendo solteiro"* teve *"uma filha natural de nome Antonia, havida da creoulla Luzia, a qual forrei e casei com José Joaquim Amado"* e um *"filho chamado Victorino Pinheiro"* com a *"creoulla Anna"*. E sendo ambos falecidos instituiu seus herdeiros os descendentes destes (17).

Os dados sobre escravos, aqui apresentados, foram coletados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), representando 20% dos inventários *"post mortem"* do município de Caetitê, autuados entre 1800 e 1887. Desta pesquisa, destacou-se os inventários, cujos espólios haviam fazendas, atualmente localizadas no município de Igaporã. Destes, selecionou-se os que registravam escravos, num total de 29, acrescentando-se um do século XVIII, encontrado ao acaso. É uma amostra estatisticamente pequena, mas suficientemente representativa para o objetivo do estudo.

Desta amostra, 53% por cento dos inventários (tabela I) registram entre um e 10 escravos e 73% apresentam menos de 20, inclusive velhos e crianças, a maioria dos cativos em alguns plantéis. Os inventários destes 30 proprietários somam 522 escravos e a média aproximadamente é de 18 escravos por unidade (18), elevada para a região se não fosse o registro de alguns inventários contabilizando excepcionalmente numerosa escravaria, distribuída em várias fazendas. O inventário do Tenente Vitorino Xavier do Rego (19), de 1829, apresenta 63 escravos, dispersos nas fazendas Mocambo, Bonito de Cima, Soledade, São Domingos e Bom Sucesso; o do seu filho, o Tenente Manoel Francisco Xavier do Rego (20), de 1857, indica a propriedade de 93 cativos, nas fazendas Mocambo, Bonito, Canabrava, Pedrez, Bom Sucesso, VArgem e Engenho do Meio. Contudo, deve-se considerar que os inventários da amostra analisada, são de épocas diferentes e, em alguns casos, os mesmos escravos aparecem em mais de um inventário, por haver espólios de cônjuges, pais e filhos, além de outro parente e aderentes familiares.

TABELA I

FREQUÊNCIA DE ESCRAVOS POR PLANTEL -1768/1883	
NÚMERO DE ESCRAVOS	NÚMERO DE PLANTÉIS
Menos de 05	05
De 06 a 10	11
De 11 a 20	06
De 21 a 50	06
Mais de 51	02

Fonte: APEB. Seção Judiciária. Inventários

Os inventários eram frequentemente autuados e os bens de um espólio avaliados, inclusive os escravos, na casa do inventariado, pelo seu cônjuge ou um dos herdeiros. A avaliação

de escravos bem a descreve o depoimento de uma testemunha do inventário do seu avô e de uma tia, no termo a antiga Vila de Catu, registrado anos depois em suas memórias:

"Assisti então à cena repugnante da avaliação dos escravos à qual eu não dei então a devida importância. Fiquei com as negrinhas de um lugar donde se via o que se passava na sala em que se achavam o juiz municipal, o tabelião e outros funcionários. Os escravos entravam de um a um e ficavam de pé diante dos avaliadores. Cada herdeiro apresentava o seu avaliador: eram estes, portanto três. Nem sempre combinavam o preço, o que dava lugar a discussões sobre a qualidade da 'mercadoria', como se esta não fosse de seres dotados de razão e, por conseguinte, de amor-próprio para se doerem de ver os seus defeitos patenteados em meio a escárnio e irrisão. Se era alguma rapariga bonita, cochichavam entre si apreciações bem contrárias à moral, o que dava motivo à hilaridade de todos. Não podia eu ouvir tais julgamentos, mas lembro-me de risadas ruidosas, e das próprias escravas moças comentarem os qualificativos ridículos ou deprimentes dados às suas companheiras feias ou velhas"(21).

Nas ocasiões de inventários tornou-se costume dos herdeiros alforriarem escravos, principalmente velhos, justificando esse gesto, na maioria dos casos, "pelos bons serviços", em alguns, "pelo amor de Deus", em outros, "pelo muito amor que lhe tenho" ou mesmo sem justificativa alguma. Na amostra aqui estudada, 6% dos escravos arrolados foram libertados nessas circunstâncias, a maioria por herdeiros, alguns por apresentarem o dinheiro correspondente às suas avaliações - e assim comprarem as suas liberdades. Os inventários oportunizavam a manumissão de "mulatinhos" e "mulatinhas" pelos seus presumíveis pais não assumidos. Era relativamente elevado o número de mulatos na população escrava sertaneja. Nesta amostra representou 8% do total de escravos, sem se considerar os que foram arrolados sob outras denominações. Os livres e libertos no Alto Sertão deveriam ser muito mais numerosos no século XIX.

Os testamentos frequentemente traziam determinações de que um ou mais escravos fossem libertados. Como não cabia aos vivos contestarem às últimas vontades expressas pelos que já haviam morrido, os testamenteiros cumpriam rigorosamente os seus desejos. Um exemplo extremo é o de José Maria dos Santos (22), primeiro proprietário do "Sítio Caldeirão", que não deixou filho, nem seu sem da mulher Ana Moreira, viúva com quem se casara. Em seu testamento, ditado em 16 de novembro de 1832 ao tabelião Manoel Germano da Mata - embora só viesse a morrer cinco anos depois - libertou todos os seus 10 escravos, sob a condição de servirem à sua mulher enquanto viva. Antes, porém, se algum deles desejasse "gozar de sua liberdade" teria que pagar a quantia de 100 mil-réis. Sem dúvida o senhor José Maria dos Santos desejou o fim da escravidão, pelo menos em sua casa, após a sua morte e a de dona Ana Moreira.

TABELA II

PREÇOS DE ESCRAVOS DE 16 A 40 ANOS, POR GÊNERO, EM MIL-RÉIS - 1768 - 1863

PREÇOS								
FREQUÊNCIA			MÍNIMOS		MÁXIMOS		MÉDIOS	
ANOS	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
1768	3	1	100	-	110	100	103	-
1810	11	6	100	80	180	130	133	122
1818	6	6	130	80	200	160	157	155
1829	26	9	120	100	350	300	250	218
1838	5	4	350	350	550	450	390	375
1849	4	3	350	350	500	420	450	393
1857	18	15	500	300	1200	900	848	667
1867	3	4	700	800	1000	850	833	813
1877	2	2	600	500	850	700	775	550
1883	4	7	350	350	750	600	625	429

fonte APEB. Seção Judiciária. Inventários

O preço do escravo obedecia à dinâmica da lei da oferta e demanda: no Alto Sertão, onde não há vestígios da existência de centro distribuidor de negros, os preços eram mais elevados - e quem desejasse adquirir novas "peças", chegadas da África, teria que mandar comprá-las na Bahia, denominação comum à cidade de Salvador.

A avaliação, feita dos escravos nos inventários consultados, revela considerável dinâmica de preços, por abranger o período em que a nascente estrutura capitalista industrial fazia a prática da escravização transitar do estágio de inconveniente ao de criminoso. As pressões externas e acordo que determinou o fim legal do tráfico internacional de escravos em 1852 forçaram a elevação significativa do seu preço unitário no Brasil, voltando a declinar com a introdução massiva da mão-de-obra européia e o início do processo de extinção gradual do escravismo.

Os preços máximos (tabela II), tanto para os homens como para as mulheres, na maioria das vezes são inferiores aos encontrados por Kátia Mattoso (23) para Salvador e Recôncavo, mesmo considerando a diferença de um, dois ou três anos entre as duas amostras. Isto talvez se deva a uma menor incidência de escravos especializados no sertão. Quanto aos mínimos, não puderam ser cotejados: apenas estão apresentados os preços de escravos com idades entre 16 e 40 anos, faixa etária de valor acima do ordinário. Contudo, a dinâmica de preços e a correlação entre os preços de homens e mulheres são muito semelhantes. Enquanto Mattoso encontrou o mais elevado preço para homens (dois contos e 500 mil-réis) em 1860 e 1870, nesta amostra aparece (um conto e 200 mil-réis) em 1857.

Estudando a mão-de-obra escrava em Salvador, Maria José de S. Andrade (24) calculou seus preços médios anuais de quase todo o século XIX. Os valores por ela encontrados, mais que os de Mattoso, aproximam-se das avaliações médias (tabela II), do

mesmo modo que a evolução dos preços e a sua correlação entre os gêneros de escravos.

TABELA III

PREÇOS RELATIVOS DE ESCRAVOS HOMENS ENTRE 16 E 40 ANOS DE IDADE, GADO VACUM E CAVALAR, OURO E PRATA, EM MIL-RÉIS, 1768/1883

ANOS	ES CRAVO	RÊS	CAVALO	OITAVA DE OURO	OITAVA DE PRATA
1768	110\$000	1\$00	13\$500	-	-
1810	180\$000	3\$000	16\$000	1\$280	0\$100
1821	200\$000	-	10\$000	-	0\$100
1829	350\$000	5\$000	16\$000	1\$200	0\$100
1839	550\$000	9\$000	30\$000	-	-
1849	500\$000	14\$000	30\$000	3\$000	-
1857	1200\$000	12\$000	60\$000	4\$000	0\$240
1867	1000\$000	-	100\$000	-	0\$250
1877	1200\$000	14\$000	80\$000	0\$800*	0\$060*
1883	750\$000	16\$000	70\$000	1\$000*	0\$050*

Fonte : APEB, Seção Judiciária. Inventários

* Valores Correspondentes a uma grama.

NOTA: Preços Máximos de uma categoria

Considerando-se os valores (tabela III), para os anos de 1810 e 1857, por serem os que oferecem melhores condições de comparabilidade, o mais elevado preço de uma oitava de prata cresceu no espaço dos 47 anos, 140%; o de uma oitava de ouro, 216%; o de um cavalo, 275%; o de uma "cabeça de gado vacum alto-e-malo", como se dizia no século XVIII, ou simplesmente, uma rês sem escolha, 367%; enquanto o do escravo foi majorado em 567% !

Um escravo, nas condições anteriormente definidas, ainda custava em 1877 o valor correspondente ao de um quilo e meio de ouro, ou de 20 quilos de prata. E seis anos depois, o seu preço equivalia ao 750 gramas de ouro ou de 15 quilos de prata.

Do mesmo modo que ocorria em qualquer outra região brasileira, havia na amostra estudada escravos de diferentes

etnias e grupos miscigenados. Além de serem traficados negros de várias procedências, era prática diversificarem-se os plantéis, às vezes até utilizando-se das rivalidades entre nações na África, para se dificultar a organização de resistência ao escravidão no Brasil.

TABELA IV

ORIGEM, COR E GÊNERO DOS ESCRAVOS - 1768/1883

ORIGEM/COR	HOMEM	MULHER	NÃO IDENTIFICADO	TOTAL
AFRICANOS	53	11		64
Angolas	21	3		24
Minas	6	1		7
Benquelas	4			4
Haucás	2			2
Nagôs	2			2
Congos	1			1
Rebolos	1			1
Afribanos sem identidade	16	7		23
BRASILEIROS	206	186	3	395
Crioulos	113	103	1	217
Cabras	52	55	1	108
Mulatos	23	16	1	40
Pardos	16	12	1	40
Mestiços	2			2
SEM IDENTIFICAÇÃO	34	27	2	63
Não declarados	25	23	2	50
Pretos	9	4		13
TOTAL	293	224	5	522

Fonte: APEB, Seção Judiciária. Inventários.

Fica demonstrado (tabela IV) que a qualificação dos 522 escravos permitiu a identificação de 76% como **brasileiros** e 12% como **africanos** - indicando elevado crescimento vegetativo. Os outros 12% não tiveram referência racial nem cor declarada, ou foram reconhecidos como **pretos**. Os dois casos tanto podem ser de naturais do Brasil quanto da África. No grupo de africanos os **angolas** já traziam a denominação da origem; os **minas** eram

"negros de línguas 'Tshi' e 'Gá' da Costa do Ouro"; os **benguelas** do grupo banto, também carregavam o nome do lugar de nascimento: o golfo de Benguela, em Angola; os **hauçás** (ou **haussás**), constituíam o grupo de sudaneses, geralmente *malês* ou muçulmanos; os **nagôs** pertenciam aos "negros da Costa dos Escravos, que falavam a língua iorubana"(25); os **congôs** foram alcunhados pela toponímia de origem; os **rebolos** vieram de Angola ou de suas vizinhanças.

A denominação de **crioulo** foi atribuída a qualquer negro nascido no Brasil; **cabra** era o qualificativo do mestiço de mulato e negro; **mulato**, expressão empregada de forma pejorativa - originalmente derivada de mulo, animal híbrido - para designar o mestiço da raça branca com a negra; **pardo**, designativo de cor entre o branco e o preto, preto-claro, ou ainda mestiço de mulato e branco; e **mestiço**, apenas uma alusão genérica, que se atribuía a qualquer miscigenado.

A trágica emigração da África para o Brasil foi desenvolvida, na classificação de Kátia Mattoso, em quatro períodos, correspondentes aproximadamente aos quatro séculos de escravidão, nos quais foram transportados sucessivamente "os negros sudaneses, depois os bantos". No "ciclo da Guiné" foram importados os "negros uolofs, mandingas, sonrais, mosis, haussás e peuls"; no "ciclo do Congo e Angola", foram traficados os bantos; no "ciclo da Costa da Mina" voltou-se a transportar os sudaneses; finalmente, o "ciclo de Benim", desenvolvido "a partir de meados do século XVIII"(26). Nessa última fase, chegaram à Bahia "principalmente yorubas (aqui chamamos nagôs), ewes (ou jeje) e haussás"(27).

No início do século XIX, conforme João Reis, foi redefinido o "cenário étnico africano na Bahia", com o "redirecionamento do tráfico" da Costa do Ouro, de onde vinham os **costas** e os **minas** e de Angola-Congo, de onde eram transportados os **angolas** e os **benguelas**, para o Golfo de Benim,

que passou a fornecer os **haussás**, **nagôs** (yorubas), **jeje** (ewes), **tapa** (nupe) e **benins**. No total dos escravos africanos de Salvador, em 1805-1806, os oriundos da Costa do Ouro representavam 43,9%, os naturais de Angola-Congo participavam com 34,2% e os trazidos do Golfo de Benim com 20,7%. Em 1810-1811 os percentuais de cada grupo de procedência, no mesmo segmento social de Salvador, passaram a ser respectivamente de 19,1%, 29,6% e 49,4%, evidenciando uma entrada massiva de escravos do Golfo de Benim (28).

A tabela IV demonstra que 45,3% dos escravos africanos do universo estudado, com origem ou etnia identificada e mais uma parcela dos pretos e não declarados, pertenciam aos grupos traficados do Angola-Congo, exatamente no período em que a Bahia de Todos os Santos recebia escravos, principalmente do Golfo de Benim. Isto pode significar que o Alto Sertão da Bahia fosse abastecido de cativos também por Minas Gerais, importados através do Rio de Janeiro ou talvez pelo rio São Francisco, traficados por Recife. Esses dois portos mantiveram o comércio de negros do Congo e Angola, enquanto na Bahia redirecionava seu tráfico para o Golfo de Benim.

Havia intercâmbio comercial entre o Alto Sertão baiano e o vizinho norte de Minas, mas o principal fluxo sertanejo era com Salvador. Talvez Minas Gerais fosse uma alternativa para se burlar a vigilância do fisco. Roberto Martins, fundamentado no censo de 1872, informa que

"a grande maioria (96,9%) dos escravos mineiros residentes fora de Minas estava em províncias limítrofes, em muitos casos, em municípios que tinham fronteira com Minas" (29),

a exemplo de Caetité, município do qual Igaporã se desmembrou no século seguinte, cujos escravos são aqui estudados. A mesma fonte informa que aquele censo registrou 542 escravos nascidos na Bahia domiciliados em Minas, depois

do fim do tráfico da África, quando se transferia cativos nordestinos para os cafezais do Sudeste, inclusive de Minas Gerais. Desse modo, a associação das duas informações reforça a hipótese de **angolas, congos e benguelas** serem transferidos do Rio de Janeiro para a Bahia, através de Minas Gerais e, talvez, de Recife pelo rio São Francisco, embora esta pesquisa não tenha constatado nenhum registro de abastecimento regional de africanos por esta última via.

No mesmo trabalho Roberto Martins atribui a Teodoro Sampaio, quando *"engenheiro do governo"*, trabalhando no grande rio nordestino, em 1879, o relato de que *"grandes comboios de escravos eram enviados rio acima, da Bahia para Minas Gerais"* (30). Entretanto, a citação de Martins remete ao *"Diário de Viagem"* de Sampaio, como engenheiro da *"Comissão Hidráulica"* de 1879, no qual, descrevendo a debilidade da agricultura ribeirinha ressaltou, sem nenhuma alusão a tráfico de escravos pelo rio São Francisco, que *"nos sertões do norte do Brasil"* o escravismo entrara em decadência e

"o êxodo da escravaria para as fazendas de café no sul, fazia-se já em grandes levas, que pelas estradas do interior, através das províncias limítrofes, como pelos portos do litoral, onde, por largo período, se mantinha um tráfico vergonhoso e ativo" (31).

As numerosas cartas de liberdade e as escrituras de compra e venda de escravos, encontradas nos Livros de Notas de Caetité, nunca informam quando eles foram comprados e onde eram adquiridos. A escassa bibliografia sobre o sertão, também pouco se ocupa com a questão. Quando episodicamente registra algum fato, o faz de modo vago, como a transcrição que fez Licurgo dos Santos Filho, de uma anotação de 1819, colhida no *"Livro da Razão"* de Antonio Pinheiro Pinto, senhor do Brejo do Campo Seco. No apontamento o fazendeiro alegava ter recebido o negro que o Capitão Antônio Teixeira de Freitas Barbosa lhe

mandara, mas que não ficaria com ele porque encomendara um "moleque da Costa novo" e recebera um "crioulo palheta", apenas evidenciou a sua preferência pelo negro da Costa (ou mina), que na tabela IV representa 11% dos africanos de origem identificada.

A tabela IV evidencia que nos 522 escravos dos 30 inventários estudados, os homens (56,1%) são a maioria da população, representando 56% do total. Há, porém, um relativo equilíbrio no percentual de escravos distribuídos pelas diversas faixas etárias.

A parcela de menores de 15 anos na amostra (35,8%) reafirma a indicação de elevado crescimento vegetativo do escravismo na policultura sertaneja, sugerido pela tabela IV. O número de idosos (apenas 6,2%) não é elevado, considerando-se como tal apenas a faixa de mais de 60 anos, embora o envelhecimento sob o escravismo fosse precoce. Um dos fatores do fenômeno, além da curta expectativa de vida do escravo, foi a prática de herdeiros libertarem velhos nas ocasiões dos inventários, subtraindo dos respectivos quinhões os valores estipulados para cada um deles.

TABELA VI

- DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA
1768/1883

GÊNEROS						
FAIXA ETÁRIA	HOMEM	%	MULHER	%	IGNORADO	%
Até 5 anos	47	9	32	6,1	-	-
De 6 a 15 anos	55	10,5	53	10,2	-	-
De 16 a 40 anos	113	21,7	81	15,6	-	-
De 41 a 60 anos	35	6,7	26	5	-	-
Mais de 60 anos	21	4	12	2,2	-	-
Não declarado	22	4,2	20	3,8	5	1

Fonte: APEB. Seção Judiciária

A incidência de escravos na faixa etária economicamente ativa (37,3%), que na tabela VI abrange o mais longo tempo (16 a 40), declinou, consideravelmente, a partir de meados do século XIX. Este evento coincidiu com a extinção do tráfico de negros da África e a expansão da cafeicultura no Sudeste do Brasil, cuja alternativa de mão-de-obra, mesmo com a introdução do imigrante europeu, foi o tráfico interprovincial. A transferência de escravos de outras regiões brasileiras possibilitou à lavoura cafeeira do Sudeste manter-se sustentada no escravismo por mais de uma década após o fim legal do tráfico internacional de africanos.

A partir de 1850, a escravidão entrou em "rápido declínio no Nordeste" e nas "outras regiões exportadoras de escravos", enquanto era "fortalecida nas províncias cafeeiras" que os importavam 33. Esse tráfico interno foi muito intenso até a promulgação da Lei Imperial nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, que declarou o domicílio do escravo "intransferível para Província diversa" da qual estivesse matriculado 34.

Nesse período, grandes contingentes de cativos foram transferidos do Alto Sertão da Bahia para os cafezais paulistas. Tão intenso foi esse comércio que o governo da Bahia, tentando evitar a escassez de mão de obra, estabeleceu em 1853, uma taxa de 80 mil-réis sobre cada escravo exportado, aumentando-a, posteriormente, para 200 mil-réis. Em contraposição, São Paulo isentou o imposto de 200 mil-réis por escravo que importava.

O tráfico interno onerou, consideravelmente, os senhores sertanejos, principalmente os pequenos proprietários. Ao venderem os escravos produtivos, alguns ficaram com seus plantéis compostos majoritariamente por idosos e crianças. Quando morreu Estevão Pinheiro de Azevedo, em 1869, seu plantel, na fazenda Santana, reunia apenas sete cativos, dos quais três com menos de cinco anos de idade, outros três estavam na faixa etária de 41 a 60 anos e somente um com idade entre 16 e

40 anos. O espólio de Joaquim José das Neves, em 1877, na fazenda Lagoa Funda, possuía seis escravos: três se situavam na faixa de seis a 15 anos, dois na de 16 a 30, e apenas um entre 31 e 40 anos. O inventário de Angélica Francisca de Brito Gondim, da fazenda Umbuzeiro, em 1866, registra seis escravinhos com menos de cinco anos, três entre cinco e 15, e mais três na faixa de 16 a 40, sendo dois destes últimos de 40 anos de idade e um de 32, significando para um escravo o limite da faixa economicamente ativa. Contudo, havia exceções: Francisca Angélica de Brito Gondim, da fazenda Gameleira, em 1883, deixou um plantel de 10 escravos, sendo que seis estavam na faixa etária de 16 a 40 anos.

Os traficantes inter-provinciais, que no Alto Sertão negociavam escravos, faziam suas mercadorias marcharem atreladas em correntes da Bahia até os cafezais paulistas. Essas funestas marchas foram descritas em 1880 por uma testemunha ocular, o parlamentar baiano Marcolino Moura, em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados:

"Não há muito atravessava eu, ao calor do meio dia, uma dessas regiões desertas da minha provincia; o sol abrazava: de repente, ouvi um clamor confuso de vozes que se approximavam, era uma immensa caravana de escravos com destino aos campos de São Paulo. Entre alguns homens de gargalheira ao pescoço, caminhavam outras tantas mulheres, levando sobre os ombros seus filhos, entre os quais se viam crianças de todas as idades, sendo toda essa marcha a pé; ensangüentando a areia quente dos caminhos".

Em outro trecho do seu discurso, o abolicionista narrou o repouso noturno do "navio negreiro" sertanejo:

"Em torno de uma grande fogueira jazem estendidos os miseros escravos sem distincção de sexo nem, de idade, e entre o tinir do ferros, os lamentos das mulheres e das crianças, ouvem-se os gritos dos guardas que experimentam as correntes, impondo silêncio àquelles que ousam queixar-se. Mas, além na penumbra, tripudia o vicio mais infrenne. E se acontece que durante a noite alguma dessas miseras escravas torna-se mãe, no dia seguinte a marcha da caravana não se interrompe, e o

fructo querido de suas entranhas é condemnado a morrer no primeiro ou segundo dia da jornada si antes não é lançado em algum canto, ignorado a expirar pelo abandono..." 36

Outro aspecto a ser considerado no escravismo da policultura sertaneja é a pouca incidência de casamentos entre cativos ou de um dos cônjuges escravizado. A constituição de família no cativo, de um modo geral, era muito dificultada. Uma das principais limitações levantada por Schwartz 37 foi a restrição do "universo social do cativo", imposta pelos senhores, procurando mantê-lo, sempre que possível, nos limites da "unidade escravista", mesmo sem respaldo de legislação específica. Nos grandes engenhos de açúcar tal circunstância poderia não constituir empecilho ao casamento de escravos, mas, dificultava nos pequenos plantéis, principalmente em regiões pouco povoadas, como a estudada, pela falta de alternativa ou até de possibilidade no reduzido universo do escravo, que não podia procurar parceria conjugal em plantéis de outros senhores. Havia restrições, também, entre os negros. Alguns grupos raciais evitavam uniões conjugais inter-étnicas.

A amostragem registra apenas três casos de união conjugal. No inventário de Francisco Xavier de Carvalho Cotrim 38, proprietário de partes das fazendas Cerquinha, Brejo dos Padres, Isabel e Quebradas, em 1818, a viúva inventariante, Lauriana Maria de Santo Antônio, declarou a escrava Maria, crioula, de 40 anos de idade, avaliada por 60 mil-réis, "mulher de Joaquim". Na mesma ocasião foi declarado um Joaquim, também de 40 anos, com o valor de 130 mil-réis, sem qualquer alusão à companheira.

Fato semelhante ocorreu no inventário do tenente Antônio Pinheiro de Azevedo (39), da fazenda Canabrava (do Caires ou do Faria), em 1821, quando a viúva inventariante, Caetana Maria Amada de Jesus, declarou a crioula genoveva, com a idade de 43 anos, avaliada por 120 mil-réis, que era "mulher do dito Inácio".

Referência equivalente não fora feita anteriormente ao declarar o crioulo Inácio, de 54 anos, "com defeito num braço e nos pés", avaliado por 70 mil-réis. Em nenhum dos casos ficou explícita a natureza da união dos casais, nem tão pouco a existência de filhos.

No inventário de Joaquim José das Neves (40), porém, autuado em 1877 na fazenda Lagoa Funda, a viúva Maria Joana da Silva declarou o crioulo Inácio, 41 anos de idade, avaliado por 41 mil-réis, explicitando a sua condição de "casado com Leocádia" e procedeu do mesmo modo em relação à mulata Leocádia, 35 anos, apreçada por 500 mil-réis, informando ser ela "casada com Inácio". O plantel desse espólio era pequeno, como a maioria da região. Além do casal de escravos, havia apenas o cabra José, 11 anos, avaliado em 800 mil-réis; Antônio de 10 anos, por 400 mil-réis e Sabina, de oito, por 350 mil-réis, todos com a condição de "filho(a) de Inácio e Leocádia". Além destes, constava, ainda, do patrimônio de Joaquim José das Neves a preta Eduvirgens, de 54 anos, "por todos os herdeiros lançada para forra" no ato do inventário.

As informações sobre doenças e deficiências de escravos, mesmo não sendo precisas, possibilitam uma avaliação, ainda que superficial, da sua morbidade. Dos 522 cativos, 3% foram inventariados simplesmente como "doentes", sem qualquer outra adjetivação. Eram enormes as dificuldades para se obter no Alto Sertão da Bahia, no curso do século XIX, o diagnóstico de uma doença, mesmo para a classe senhorial, apesar de haver médicos, a partir de meados do século, na sede do município de Caetité. Para escravos, entre os quais essa pesquisa não registrou qualquer caso de assistência médica, a situação era muito mais grave. Em geral os inventariantes omitiam e os inventariadores ignoravam quaisquer detalhes sobre suas doenças.

Dos escravos da amostra, 4,8% possuíam deficiências físicas e os indícios fazem supor que a maioria delas decorria do

regime de trabalho. 12 deles foram qualificados como "quebrado", "quebrado das virilhas", "quebrado de uma virilha", "rendido", ou "rendido da virilha", ou seja, herniados por excesso de esforço físico, o que significa inválidos para trabalhos pesados, principalmente os que provocaram esse estado patológico. 11 receberam qualificativos de "aleijado", "aleijado dos pés", "aleijado da mão", "com defeito no nariz", "com defeito num braço e nos pés", "com o joelho quebrado", "defeituoso de um braço por efeito de queimadura", ou, simplesmente, "doente das pernas". Mesmo admitindo-se a possibilidade de alguns desse problemas físicos serem congênitos, isso não elimina a possibilidade de resultarem das degradantes condições de trabalho inerentes ao escravismo. havia, ainda, dois registros de deficiência visual. Um com a indicação de que enxergava "pouco de um olho" e outro de que tinha um "defeito no olho esquerdo".(41)

No que diz respeito às ocupações, apenas 5% dos inventários da amostra contêm informações. 16 escravos foram declarados como agricultores, com as indicações de "roceiro" ou "de serviços de roça", ou algo equivalente, indicando que a sua principal ocupação era na agricultura. Oito dos cativos aparecem como "vaqueiros" ou "de serviços de campo" - dois eram também roceiros -, permitindo assim supor que o emprego do escravo foi relativamente freqüente na pecuária regional. As ocorrências de vaqueiros foram apenas nas grandes fazendas, ou nos espólios dos maiores criadores; entre os demais, dois escravos eram ferreiros, duas rendeiras e apenas uma apareceu como doméstica, ou "de serviços de casa". São raras as informações sobre escravos de "ofícios mecânicos" e de feitores, categorias encontradas com maior freqüência em grandes plantéis, que já comportavam algum tipo de divisão do trabalho. Em inventários da região, não incluídos nesta amostra, encontram-se vários outros ofícios exercidos por escravos, como os de carapina, serralheiro,

pedreiro, alambiqueiro, sapateiro, arrieiro, alfaiate, "tecelona", costureira, bordadeira, etc (42).

Embora as fontes não revelem, alguns desses "ofícios mecânicos" devem ter sido exercidos no Alto Sertão apenas eventualmente, sendo esses escravos ocupados em outras atividades. A pequena amostra não registrou casos de aluguel de escravos, mas, sabe-se ter sido no sertão uma prática comum vender-se diárias ou temporadas de trabalho de escravos. Na fazenda Campo Seco, no atual município de Brumado, cativos foram alugados, entre 1800 e 1818 a uma pataca, ou 320 réis por diária.(43)

Pode-se, ainda, obter outras informações sobre escravos nos autos de inventários consultados. No de Joana Angélica de Azevedo (44), viúva do Capitão Francisco de Caires Ferreira, da fazenda Canabrava (do Caires), autuado em 1810, o escravo Romão, "de nação rebolo", com 50 anos de idade, avaliado em 50 mil-réis, apresentou um recibo de 45 mil-réis, pagos ao seu senhor em 25 de março de 1803 e continuava escravizado oito anos depois, apenas pelo débito de cinco mil-réis!

A alforria era a aspiração máxima de um escravo, mas, a concessão de uma carta de liberdade representava para o mundo dos senhores um ato "benemérito, digno de reconhecimento e eterna gratidão por parte do eventual beneficiado"(45). O anseio por liberdade de um indivíduo submetido ao cativo poderia ser comparado ao de um antigo prisioneiro ainda com longa pena a cumprir. O alforriado, contudo, permanecia com "os estigmas do cativo". Qualquer referência que se lhe fizesse seria sempre adjetivada de "forro" ou de "liberto", evidenciando a cicatriz social da sua situação jurídica diferenciada. Se fosse

"crioulo, isto é, brasileiro, a alforria elevava-o à condição de cidadão, se africano, permanecia estrangeiro, podendo requerer naturalização. mas a ambos eram limitados os direitos políticos (permitia-se apenas aos crioulos participar das eleições primárias), vedadas as dignidades

eclesiásticas, o acesso ao poder judiciário, o direito ao porte de armas e mesmo à livre locomoção noturna"(46).

Ainda pode-se encontrar nos inventários eventuais registros de fuga de escravos. No mesmo espólio da senhora da Canabrava do Caires, encontram-se dois registros de fuga de escravos, únicos nos inventários aqui estudados. Trata-se do mulato José e do cabra Antônio, mas, sem outras informações, além da anotação "anda fugido", após os seus nomes.

A fuga era para o escravo uma "das formas explícitas de resistência física" ao cativo, embora "poucos escravos, em termos relativos, fugiam". Os que assim agissem, porém, imounham "grandes prejuízos a seus senhores e afrontavam um poderoso sistema". A fuga, do mesmo modo que a insurreição, configurava, desse modo,

"um ato extremo e sua simples possibilidade marca(va) os limites da dominação, mesmo para o mais acomodado dos escravos e o mais terrível dos senhores"(47).

Era muito frequente hipotecarem-se escravos como garantia de empréstimos. Contudo, nas três dezenas de autos de inventários examinados somente aparecem dois que pertenciam ao espólio de Estevão Pinheiro de Azevedo (48), "do s'tio Santa Anna", inventariado em 1869: a crioula Cândida, de 22 anos, fora hipotecada por 1:000\$000 (um conto de réis) e o cabra Nicolau, de 46 anos, por 800\$000 (oitocentos mil-réis)

Além dessas, encontram-se apenas informações menos relevantes: a preta Marta, de 32 anos, considerada "uma boa figura" e avaliada por 400 mil-réis na relação de bens de Francisca Angélica de Brito Gondim (49), esposa do Tenente Vicente Pinheiro de Azevedo, da fazenda Gameleira; a crioula Vicência, arrolada no espólio de Ana Angélica de Jesus (50), viúva de Francisco de Brito Gondim, em 1871 - da qual já se havia anulado um inventário realizado em 1853 -, vendida com uma filha por 550 mil-réis, por uma herdeira. Finalmente sobre a

parda Antônia, 23 anos, avaliada por 600 mil-réis, no espólio de Joaquim Xavier do Rego (51), da fazenda Mocambo, em 1877, estava "com os ingênuos Antônio de um ano e Rita, de um mês". A crioula Beenta, 35 anos, avaliada por 400\$000 no inventário do Capitão Incêncio Fagundes Cotrim (52), da fazenda Umbuzeiro, 1883, também estava acompanhada do "ingênuo Manoel de cinco anos"(53).

Não foi possível, neste trabalho, mensurar o nível de participação de cada uma das forças de trabalho no processo produtivo. Contudo, alguns inventários e testamentos, tanto do período escravista, quanto do posterior, registram propriedades fundiárias no espaço geográfico onde se constitui o município de Igarorã com reduzido número ou ausência de escravos e o pequeno patrimônio arrolado, indícios de produtores autônomos, que cultivavam suas lavouras apenas com o trabalho de sua família.

Nesse contexto, o colapso da escravidão não causou impacto à economia policultora do Alto Sertão da Bahia, onde a força de trabalho escravo coexistia com outras relações de produção, principalmente a familiar e a meação. Para isso também contribuiu, a partir de meados do século XIX, por um lado, a abolição gradativa do escravismo e, por outro, o tráfico inter-provincial.

Antes e depois da extinção do escravismo, a principal causa da crônica escassez de mão-de-obra na região aqui estudada, pode ser atribuída às secas sazonais, provocadoras da emigração de pequenos proprietários e mais ainda dos despossuídos de meios para produzir a subsistência.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano. CAPÍTULOS DE HISTÓRIA COLONIAL (1500-1800). 4a Ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A Mão de Obra Escrava em Salvador, 1811/1860*. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. *LONGOS SERÕES DO CAMPO (Vol.2 - Infância e Juventude)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BRASIL. *COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO*. (1871). Tomo XXXI, Parte I. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1871.

BRASIL. *COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO*. (1885). Tomo XXXII, Parte I. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1886.

Nesse contexto, o colapso da escravidão não causou impacto a economia particular do Alto Sertão da Bahia, onde a falta de trabalho escravo coexistia com outras relações de produção, principalmente a familiar e a meação. Para isso também contribuiu, a partir de meados do século XIX, por um lado a abolição gradativa do escravismo e, por outro, o tráfico inter-provincial.

Antes e depois da extinção do escravismo, a principal causa da crônica escassez de mão-de-obra na região aqui estudada, pôde ser atribuída às secas sazonais, provocadoras da emigração de pequenos proprietários e mais ainda dos despossuídos de meios para produzir a subsistência.

ABREU, Capistrano. *CAPÍTULOS DE HISTÓRIA COLONIAL (1500-1800)*. 4a Ed. Rio de Janeiro: Brinqueb, 1974.